

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Pró-Reitoria Administrativa Coordenação de Material e Patrimônio Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2019

PROCESSO Nº 23110.059539/2018-61

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Universidade Federal de Pelotas, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, telefone (53) 3284-3924, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço por item para REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA LABORATÓRIO**, conforme pedidos 03/2018 e 1403/2019 da Faculdade de Medicina - FAMED, 0398226 (SEI) do Instituto de Biologia - IB, 0369556 (SEI) da Faculdade de Nutrição - FN, 1253/2018 do Centro de Ciências Químicas Farmacêuticas e de Alimentos - CCQFA, 0377110 e 0395489 (SEI) do Centro de desenvolvimento Tecnológico - CDTEC, 2/2018 do Centro de Engenharias - CENG, 0378068 e 0395554 (SEI) da Faculdade de Enfermagem - FE, 0382736 e 399177 (SEI) da Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM, 01 e 03/2018 da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel - FAEM e 0395219 (SEI) da Faculdade de Veterinária - FV, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO

DATA: 19/02/2019

HORÁRIO: **09:00 horas** (horário de Brasília) LOCAL: <u>www.comprasgovernamentais.gov.br</u>

CÓDIGO UASG: 154047

- 1.1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário da abertura da licitação (definidos acima), exclusivamente por meio eletrônico.
- 1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília DF.

2. DO OBJETO

- 2.1. Esta licitação tem por objeto o registro de preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA LABORATÓRIO**, conforme pedidos 03/2018 e 1403/2019 da Faculdade de Medicina FAMED, 0398226 (SEI) do Instituto de Biologia IB, 0369556 (SEI) da Faculdade de Nutrição FN, 1253/2018 do Centro de Ciências Químicas Farmacêuticas e de Alimentos CCQFA, 0377110 e 0395489 (SEI) do Centro de desenvolvimento Tecnológico CDTEC, 2/2018 do Centro de Engenharias CENG, 0378068 e 0395554 (SEI) da Faculdade de Enfermagem FE, 0382736 e 399177 (SEI) da Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim ALM, 01 e 03/2018 da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel FAEM e 0395219 (SEI) da Faculdade de Veterinária FV, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. Nos termos do Art. 16°, Decreto n.º 7.892/2013, **a homologação deste procedimento licitatório não obriga a UFPel a contratar integral ou parcialmente o objeto licitado**, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 2.3. Qualquer discordância entre a descrição do objeto neste edital e o contido no Compras Governamentais, valerá o primeiro.
- 2.4. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.5. Este Pregão possui **TRATAMENTO DIFERENCIADO Benefício Tipo I** Contratação exclusiva para ME/EPP e Cooperativas de acordo com o Decreto nº 8.538/2015, devido ao valor de cada item/lote ser inferior a R\$ 80.000,00.

3. **DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. Para iniciar o procedimento do registro cadastral, o fornecedor interessado, ou quem o represente, deverá acessar o SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.

- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. A participação neste Pregão é **EXCLUSIVA** a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3. de 2018.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:
 - 4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.3.2. Declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.3.3. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.3.4. Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 4.4. Também é vedada a participação de:
 - 4.4.1. Entidades empresariais estrangeiras;
 - 4.4.2. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, deverá declarar:
 - 4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.6. Deverá assinalar, ainda, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 4.6.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 4.6.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.6.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
 - 4.6.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. **DO ENVIO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.4.1. Valor **UNITÁRIO** do item;
 - 5.4.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade fixada no Termo de Referência para cada item, sendo que o licitante participante deste Pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item;
 - 5.4.3. Marca;
 - 5.4.4. Fabricante;
 - 5.4.5. Descrição do objeto.
- 5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 5.6. Caso haja divergência entre o produto cadastrado no Compras Governamentais e o produto apresentado na proposta encaminhada após a fase de lances, o Pregoeiro poderá solicitar, via chat, a confirmação de qual produto será entregue.
- 5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou produtos.
- 5.8. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega das propostas (abertura da sessão). O pregão deverá ser homologado dentro desse prazo (60 dias), e a partir desta data (data de homologação), o licitante obriga-se a manter as condições estabelecidas pelo período de vigência do Registro de Preços. Caso a homologação não ocorra dentro dos 60 (sessenta) dias, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
 - 5.8.1. Se por ventura o pregão demorar mais de 60 (sessenta) dias, o Pregoeiro poderá solicitar confirmação, por parte da licitante, de que renova sua proposta. Assim, a validade da proposta passa a ser de 60 (sessenta) dias a contar da data da renovação.

5.9. O licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPel responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6. DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
 - 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
 - 6.2.3. Eventual pedido de desclassificação do licitante deverá ser acompanhado de justificativa, cabendo ao pregoeiro deliberar sobre sua aceitação ou recusa.
 - 6.2.3.1. Se o pedido de desclassificação ocorrer durante a fase de lances e for possível a exclusão do lance pelo Pregoeiro antes do encerramento do item, o pedido será considerado aceito.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 6.5.1. Os lances deverão ser ofertados para o valor **UNITÁRIO** do item, **com apenas duas casas decimais**. Caso o lance tenha mais de duas casas decimais, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.14. Se as empresas não enviarem lances e ao final da fase de lances houver propostas empatadas, o desempate ocorrerá através de sorteio, em ato público, conforme disposto no § 2º do Art. 45 da Lei 8.666/93.
- 6.15. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação dos lances pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 6.16. A proposta deverá conter:
 - 6.16.1. Especificação clara do objeto.
 - 6.16.2. Marca para cada item cotado.
 - 6.16.3. Na cotação de preços e nos lances serão aceitos somente 02 (dois) dígitos após a vírgula. Caso isto não ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens fazendo arredondamentos a menor, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.
- 6.17. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
 - 6.17.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
 - 7.1.1. Em relação às especificações do objeto, sempre que necessário o Pregoeiro se reserva o direito de consultar a área técnica demandante, com a finalidade de analisar o cumprimento do objeto ofertado frente ao solicitado no edital.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela administração, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.
 - 7.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 7.3. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema ("enviar anexo"), estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, poderá ser convocado o licitante para envio de documentação via e-mail.
 - 7.3.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.
 - 7.3.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.4. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 7.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 7.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.6.3. Caso haja necessidade, o Pregoeiro poderá realizar a negociação via e-mail, informando no chat o valor negociado.
- 7.7. Para possíveis trocas de mensagens, após a fase de lances, inclusive em relação a negociação de valores, o Pregoeiro irá conceder prazo razoável para resposta do licitante. O prazo mínimo que será concedido é de dez minutos, podendo ser superior, a critério do Pregoeiro.

8. **DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e, conforme o caso, à qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 9º, 10, 11, 12 e 15 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.
 - 8.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
 - 8.1.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, conforme solicitação do Pregoeiro.

8.2.1. Habilitação jurídica:

- 8.2.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.2.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.2.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC;
- 8.2.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.2.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012;
- 8.2.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- 8.2.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.2.1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.2.2.5. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.3. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta "on-line", e deverá, **encerrada a etapa de lances**, apresentar os documentos a que se refere o Subitem 8.7, deste Edital, por meio de funcionalidade disponível no sistema ("**enviar anexo**"). Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, a documentação poderá ser enviada por e-mail para <u>cpl.ufpel@gmail.com</u>.
 - 8.3.1. Os documentos digitalizados, mencionados no subitem acima, não necessitam de autenticação digital.
 - 8.3.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação, através de autenticação digital, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital anexado ao sistema.
 - 8.3.1.2. Os documentos apresentados digitalmente são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências e/ou fraudes.
 - 8.3.2. O prazo mínimo para envio da documentação será de **2 (duas) horas**, o qual será definido pelo Pregoeiro via chat em sessão pública.
 - 8.3.3. O prazo estipulado para envio da documentação <u>poderá</u> ser prorrogado, a critério do Pregoeiro.
- 8.4. O cadastro e a habilitação parcial da licitante vencedora serão verificados no SICAF, após a análise e julgamento da proposta de precos.
- 8.5. Serão consultadas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br as declarações da licitante vencedora relacionadas abaixo:
 - 8.5.1. Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 8.5.2. Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 8.5.3. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
 - 8.5.4. Declaração de que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 02, de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- 8.6. Caso a empresa assinale de forma negativa no Compras Governamentais alguma das declarações referentes aos itens 8.5.1 a 8.5.4 do edital, será obrigatório o envio de declaração juntamente com os demais documentos exigidos no subitem 8.7 deste edital.
- 8.7. A documentação a ser enviada após a fase de lances, conforme subitem 8.3, é a seguinte:
 - 8.7.1. Minuta da Ata de Registro de Preço, devidamente assinada e com carimbo da empresa (modelo constante no Anexo II deste edital).
 - 8.7.2. Certificação emitida por Instituição Pública Oficial ou instituição credenciada de que a licitante cumpre os critérios de Sustentabilidade Ambiental conforme IN 01/2010 SLTI/MPOG. Na falta deste documento poderá ser apresentada a Declaração de Sustentabilidade Ambiental devidamente assinada e com carimbo da empresa (modelo constante no Anexo III deste edital).
 - 8.7.3. Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC.
 - 8.7.4. Catálogo com as especificações técnicas dos produtos.
 - 8.7.5. Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido ou estar fornecendo objeto compatível e pertinente com o objeto licitado.
 - 8.7.6. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede do licitante, quando necessário.
 - 8.7.7. O Registro de produto fornecido pela ANVISA ou Certificado de Cadastramento emitido pela ANVISA, quando o produto estiver dispensado de registro. (Poderá ser apresentado através de a) documento impresso oriundo do site da ANVISA, o qual terá sua autenticidade verificada posteriormente pela internet, b) cópia autenticada ou original ou, ainda, c) cópia autenticada ou Original da publicação do registro ou cadastramento no Diário Oficial da União).
 - 8.7.7.1. Caso o Registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que a mesma tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido no máximo até o primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art.12, 6° da Lei n°6.360/76, regulamentada do decreto n°79.094/77.
 - 8.7.7.2. **Os Registros, Declarações de Notificação Simplificada e Certificados de Dispensa de Registro** deverão ser devidamente identificados com o número do item cotado, de forma que possa ser verificado pela Comissão de Licitação.
 - 8.7.8. **Autorização de Funcionamento de Empresa AFE**, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, conforme prevê a Lei 9.782 de janeiro de 1999, **quando necessário.**
- 8.8. O não encaminhamento dos documentos exigidos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação do licitante, com consequente aplicação das penalidades cabíveis na lei.
- 8.9. <u>Junto aos documentos exigidos para habilitação também deverá ser enviada a proposta devidamente assinada.</u>
- 8.10. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade físcal, a licitante será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
 - 8.10.1. A não regularização físcal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para os quais será concedido o mesmo prazo especial para a regularização da situação fiscal.
- 8.11. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 8.11.1. SICAF
 - 8.11.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - 8.11.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 8.11.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU;
 - 8.11.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em consulta ao portal do Tribunal Superior do Trabalho.

- 8.12. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.15. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 - 10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.
 - 10.3.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. O Registro de Preços será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de preços pela UFPel (por meio da assinatura eletrônica constante na termo de homologação). A Ata, publicada no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br , terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazo estipulados no Edital.
- 12.2. A Ata de Registro de Preços a ser enviada pela empresa vencedora, conforme Anexo II do edital, deverá ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 - 12.2.1. Na Ata de Registro de Preços a ser enviada após o encerramento da fase de lances, deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.
 - 12.2.2. A Ata de Registro de Preços final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 12.3. A existência de preços registrados não assegura ao licitante o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos, sendo assegurada, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.
- 12.4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (conforme preâmbulo deste edital) começará a contar da data de homologação do pregão eletrônico, no sítio do Compras Governamentais, pela autoridade competente.

12.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou produtos com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DA ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 13.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 13.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 13.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 13.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 13.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - 13.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão de Notas de Empenho, em caso de necessidade de aquisição, obedecido o prazo de entrega previsto na proposta.

15. DO PREÇO

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

16. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. **DO PAGAMENTO**

- 18.1. O pagamento devido à Contratada será efetuado por meio de Ordem Bancária, mediante a apresentação da fatura, atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do recebimento do bem, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.
- 18.2. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 18.3. Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa junto ao SICAF, notadamente quanto à regularidade perante a Receita Federal, o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso a empresa apresente alguma irregularidade fiscal, a contratada receberá advertência por escrito e deverá providenciar as medidas saneadoras no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou apresentar sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde não acarrete qualquer ônus para a Contratante.
 - 18.3.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado no SICAF.
- 18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento

ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 18.7.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.8. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual
- 18.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\mathbf{EM} = \mathbf{I} \times \mathbf{N} \times \mathbf{VP}$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

T -	(6 / 100)
1-	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 19.1. Após a homologação da licitação, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
 - 19.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 19.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 19.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. As penalidades contratuais são as previstas na Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas cogentes.
- 20.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei 8.666/93 o licitante/adjudicatário/contratado que:
 - 20.2.1. não assinar a ata de registro de preços, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 20.2.2. apresentar documentação falsa;
 - 20.2.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 20.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 20.2.5. não mantiver a proposta;
 - 20.2.6. comportar-se de modo inidôneo;
 - 20.2.7. cometer fraude fiscal;
 - 20.2.8. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 20.2.9. fraudar na execução do contrato.
- 20.3. A licitante vencedora incorrerá em atraso na entrega do objeto licitado, se não fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado no item 23.11 do Edital.
- 20.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.5. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 20.5.1. advertência
 - 20.5.2. multa de até 20% (vinte por cento), do valor do Empenho, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada;
 - 20.5.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UFPel pelo prazo de até dois anos;
 - 20.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93;
 - 20.5.5. impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
- 20.6. A multa de mora será aplicada da seguinte maneira, com base no valor do empenho:

- 20.6.1. 5% (cinco por cento) para atraso de até 09 (nove) dias;
- 20.6.2. 10% (dez por cento) para atraso de 10 (dez) a 29 (vinte e nove) dias;
- 20.6.3. 20% (vinte por cento) a partir do 30° dia de atraso.
- 20.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 20.8. Os créditos da UFPel, de qualquer natureza, não pagos nos prazos previstos na legislação, serão acrescidos de multa de mora, cuja taxa será de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso, até o limite de vinte por cento, calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento até o dia em que ocorrer o seu pagamento e acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento, conforme disposto no artigo 37A da Lei 10.522/2002 e art. 61 da Lei 9.430/1996.
- 20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.ufpel@gmail.com.
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o e-mail indicado no Edital.
- 21.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

22.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental estão previstos no Termo de Referência.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
 - 23.8.1. Em caso de divergência entre o valor cadastrado pelo fornecedor no Comprasgovernamentais e o valor apresentado em sua proposta, após a fase de lances, prevalecerá o valor do Comprasgovernamentais.
- 23.9. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Pregão, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes direito à reclamação ou indenização.
- 23.10. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.
- 23.11. O prazo de entrega dos produtos objeto da Nota de Empenho não poderá exceder 30 (trinta) dias, a contar da ciência da emissão do empenho, sendo a empresa notificada via e-mail, obrigando-se a confirmar seu recebimento. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
- 23.12. Os produtos fornecidos fora das especificações ficarão sujeitos à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Universidade.
- 23.13. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.

- 23.14. Os produtos deverão ter garantia/validade de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da entrega
- 23.15. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório, notadamente a regularidade fiscal, sem a qual não será efetivado pagamento algum, sem configuração de mora da UFPel.
- 23.16. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação da UFPel com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no SICAF ou o e-mail cadastrado na Proposta/Ata de Registro de Preços enviada após a fase de lances.
 - 23.16.1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
- 23.17. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa.
- 23.18. A UFPel emitirá a Nota de Empenho na quantidade e valor que for de seu interesse no momento da emissão. Não há quantidade/valor mínimo a ser adquirido em cada Nota de Empenho, devendo o licitante fornecer o objeto conforme solicitado.
- 23.19. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal-Subseção Judiciária de Pelotas.
- 23.20. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ufpel.edu.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) Licitações, Bairro Centro, Pelotas/RS, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 20h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados..
- 23.21. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, exclusivamente através do endereço eletrônico: cpl.ufpel@gmail.com.
- 23.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 23.22.1. ANEXO I Termo de Referência;
 - 23.22.2. ANEXO II Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - 23.22.3. ANEXO III Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

Pelotas, 31 de janeiro de 2019.

Priscila Gonçalves Marchand Pregoeira

Revisado por: Cláudia da Silva Campelo Chefe do Núcleo de Licitações

Anexo I Termo de Referência PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2019 PROCESSO Nº 23110.059539/2018-61

1. **DO OBJETO**

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço para REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA LABORATÓRIO**, conforme pedidos 03/2018 e 1403/2019 da Faculdade de Medicina - FAMED, 0398226 (SEI) do Instituto de Biologia - IB, 0369556 (SEI) da Faculdade de Nutrição - FN, 1253/2018 do Centro de Ciências Químicas Farmacêuticas e de Alimentos - CCQFA, 0377110 e 0395489 (SEI) do Centro de desenvolvimento Tecnológico - CDTEC, 2/2018 do Centro de Engenharias - CENG, 0378068 e 0395554 (SEI) da Faculdade de Enfermagem - FE, 0382736 e 399177 (SEI) da Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM, 01 e 03/2018 da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel - FAEM e 0395219 (SEI) da Faculdade de Veterinária - FV, de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

Item	Quantidade	Unidade	Unidade Solicitante	Especificação	Valor Unitário Estimado
1	5	FRASCO 100G	154138 - FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	4-METOXIACETOFENONA, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO À AMARELADO, FÓRMULA QUÍMICA CH3OC6H4COCH3, PESO MOLECULAR 150,17, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A., PUREZA MÍNIMA MÍNIMO DE 99, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 100-06-1	R\$ 271,02
2	16	EMBALAGEM 100G	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	ÁCIDO ASCÓRBICO P.A. ASPECTO FÍSICO: CRISTAL BRANCO AMARELADO; GRAU DE PUREZA: 99%; Embalagem 100g; № REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 50-81-7	R\$ 30,56
3	3	LITRO	154138 -	ÁCIDO FÓRMICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR,	R\$

2010			OLI/OI I CI - 042	+202 - I TA Editar regad of Excident ME_Er i	
			FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	ODOR PENETRANTE, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HCOOH, PESO MOLECULAR 46,03, TEOR DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 64-18-6	170,50
4	10	LITRO	154138 - FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	ÁCIDO FOSFÓRICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA H3PO4, PESO MOLECULAR 98,00, TEOR DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 85, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7664-38-2	R\$ 42,94
5	1	FRASCO 100G	154138 - FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	ÁCIDO GÁLICO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA C6H2(OH)3COOH.H20, ASPECTO FÍSICO PÓ OU FINO CRISTAL BRANCO OU BEGE, PUREZA MÍNIMA PUREZA MÍNIMA DE 98, PESO MOLECULAR 188,14, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 5995-86-8	R\$ 58,03
6	27	LITRO	154138 - FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	ÁCIDO NÍTRICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO,INCOLOR À AMARELADO,ODOR SUFOCANTE, FÓRMULA QUÍMICA HNO3, PESO MOLECULAR 63,01, TEOR TEOR MÍNIMO NA FAIXA ENTRE 68 E 70, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A./ ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7697-37-2	R\$ 77,46
7	1	KG	154138 - FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	ÁCIDO OXÁLICO, ASPECTO FÍSICO CRISTAL OU PÓ BRANCO CRISTALINO HIGROSCÓPICO, PESO MOLECULAR 126,07, FÓRMULA QUÍMICA C2H2O4.2H2O, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,5, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 6153-56-6	R\$ 33,08
8	1200	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Água destilada ampola 10 ml.	R\$ 0,28
9	10	CAIXA C/ 100 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Agulha hipodérmica descartável 40x1,2 mm corpo em aço inox siliconizado bisel curto trifacetado, conector de plático luer, protetor plástico, estéril,descartável, embalagem individual.	R\$ 12,23
10	43	UNIDADE	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	ALÇA BACTERIOLÓGICA, NÍQUEL CROMO, C/ CABO	R\$ 3,18
11	121	LITRO	154138 - FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70_(70°GL), APRESENTAÇÃO GEL	R\$ 9,12
12	12	UNIDADE	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	Aparelho portátil para verificação direta de glicemia, acompanha de fitas de testagem.	R\$ 75,76
13	25	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BALÃO FUNDO REDONDO, EM VIDRO BOROSSILICATO, GARGALO CURTO, JUNTA ESMERILHADA 14/23 - CAPAC.: 100ml	R\$ 36,24
14	43	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BALÃO VOLUMÉTRICO DE VIDRO BOROSSILICATO TRANSPARENTE, C/ TAMPA VIDRO - VOL.: 500ml	R\$ 37,70
15	58	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BALÃO VOLUMÉTRICO DE VIDRO BOROSSILICATO TRANSPARENTE, C/ TAMPA VIDRO - VOL.: 50ml	R\$ 23,77
16	46	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BANDEJA BANDEJA DE AÇO INOXIDÁVEL - DIMENSÕES APROXIMADAS: 25X20X3,5cm	R\$ 53,60
17	59	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BANDEJA DE PLÁSTICO POLIPROPILENO BRANCO RESISTENTE, 26 LITROS - DIMENSÕES APROXIMADAS: 62 X 42 X 12cm	R\$ 29,98
18	30	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS	BARRA MAGNÉTICA (PEIXINHO) REVESTIDA DE TEFLON (PTFE), CILÍNDRICA, LISA - 5X15mm	R\$ 7,64

			QUIMICAS E FARMACEUTICAS		
19	40	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BARRA MAGNÉTICA (PEIXINHO) REVESTIDA DE TEFLON (PTFE), CILÍNDRICA, LISA - 7X30 mm	R\$ 10,92
20	30	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BARRA MAGNÉTICA (PEIXINHO) REVESTIDA DE TEFLON (PTFE), CILÍNDRICA, LISA - 7X50mm	R\$ 20,57
21	9	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BARRILETE DE PVC P/ ÁGUA C/ VISOR DE NÍVEL GRADUADO,TORNEIRA P/ ESCOAMENTO E TAMPA REMOVÍVEL C/ INSERÇÃO P/ MANGUEIRA - CAPAC.: 30 LITROS	R\$ 569,83
22	11	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BARRILETE DE PVC P/ÁGUA C/ VISOR DE NÍVEL GRADUADO,TORNEIRA P/ ESCOAMENTO E TAMPA REMOVÍVEL C/ INSERÇÃO P/ MANGUEIRA - CAPAC.: 5 LITROS	R\$ 251,57
23	123	UNIDADE	154136 - CENTRO DE CIENCIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS	BASTÃO DE VIDRO BOROSSILICATO - 5X300mm	R\$ 2,17
24	80	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	BECKER DE VIDRO BOROSSILICATO TRANSPARENTE, GRADUADO, FORMA BAIXA (GRIFFIN) C/ BICO E ORLA - VOL.: 500ml	R\$ 14,14
25	15	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	BECKER EM VIDRO BOROSSILICATO GRADUADO, FORMA BAIXA (GRIFFIN) C/ BICO E ORLA - CAPAC.: 5000 mL	R\$ 173,77
26	89	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	BICO DE BUNSEN. Bico de bünsen, material base em ferro, componentes com registro, altura cerca de 15.	R\$ 50,13
27	1	FRASCO 500G	154138 - FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	BROMATO DE POTÁSSIO, ASPECTO FÍSICO PÓ OU CRISTAIS BRANCOS, INODOROS, FÓRMULA QUÍMICA KBRO3, PESO MOLECULAR 167,00, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,8, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7758-01-2	
28	35	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	BURETA DE VIDRO BOROSSILICATO TRANSPARENTE E GRADUADA, RETA, C/ TORNEIRA DE TEFLON, BOCAL EM FORMATO DE FUNIL - VOL.: 25mL	
29	50	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	CANETA ESCRITA PERMANENTE, RESISTENTE A AUTOCLAVE, ÁGUA, ÁLCOOL, ESCRITA EXTRA-FINA, TINTA PRETA, AZUL OU VERDE	R\$ 33,57
30	3	FRASCO 500G	154138 - FACULDADE DE VETERINARIA DA UFPEL	CÂNFORA, ASPECTO FÍSICO CRISTAL TRANSLÚCIDO, DE ODOR PENETRANTE	R\$ 137,84
31	200	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Cateter intravenoso (jelco) nº 22 cateter médio duração, em poliuretano com medidas aproximadas de 2,0 a 2,2 mm de 4,0 até 5,0 cm para atender as necessidades de terapia intravenosa, estéril.	R\$ 2,12
32	200	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Cateter intravenoso (jelco) nº 24 cateter médio duração, em poliuretano com medidas aproximadas de 2,0 a 2,2 mm de 4,0 até 5,0 cm para atender as necessidades de terapia intravenosa, estéril.	R\$ 2,41
33	1	FRASCO C/ 500G.	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	Citrato de sódio PA- 500gr. CITRATO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO CRISTAL FINO, COMPOSIÇÃO C6H507NA3 ANIDRO, PESO MOLECULAR 258,07, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 68-04-2	
34	5	FRASCO C/ 500G.	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	CLORATO DE POTÁSSIO, ASPECTO FÍSICO PÓ CRISTALINO BRANCO, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA KCLO3 ANIDRO, PESO MOLECULAR 122,55, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 3811-04-9	
35	4	FRASCO 500G	154119 - FACULDADE DE	CLORETO DE CÁLCIO ANIDRO P.A.	R\$ 37,89

2019			OLI/OI I CI - 042	4282 - PRA Editai Pregao SRP Exclusivo ME_EPP	
			AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL		
36	51	LITRO	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	Clorofórmio, aspecto físico líquido claro, incolor, odor forte característico, peso molecular 119,38, fórmula química CHCL3, grau de pureza mínima de 99,8, característica adicional reagente P.A., número de referência química CAS 67-66-3, frasco de vidro com 1000mL	R\$ 42,83
37	200	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE. MATERIAL DE PAPELÃO, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - VOL. TOTAL: 13 LITROS	R\$ 8,19
38	20	PACOTE 500 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5CM 13F ESTRELA C/500.	R\$ 38,40
39	210	PACOTE 500 UNIDADES	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	COMPRESSA GAZE, MATERIAL TECIDO 100 ALGODÃO, TIPO QUEIJO, COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 DOBRAS, 9 FIOS/cm2 - 500 unidades	R\$ 20,51
40	8	CAIXA 500 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Curativo bandagem hipoalergênico com 500 unidades.	R\$ 20,81
41	17	FRASCO C/ 500G.	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	DICROMATO DE POTÁSSIO, ASPECTO FÍSICO PÓ FINO, CRISTALINO, COR LARANJA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA K2CR2O7, PESO MOLECULAR 294,18, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A - 500g	R\$ 69,90
42	1	LITRO	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	DIMETILFORMAMIDA-N,N (DMF) P.A.	R\$ 36,64
43	2	ROLO 100 M	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Embalagens tubulares próprias para processos de esterilização por vapor saturado sob pressão. O Papel possui gramatura mínima 60 G/m2 em conformidade com os requisitos da Norma ABNT NBR 14990-2, filme plástico composto de duas camadas 25 cm x100 m.	R\$ 187,16
44	50	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	ESCOVA CILÍNDRICA P/ LIMPEZA DE VIDRARIA, CABO EM ARAME GALVANIZADO E CERDAS C/ PINCEL CRINA DE CAVALO - DIÂM.: 40mm; COMP. CERDAS aprox. : 80mm; COMP. Aprox. CABO: 150mm; PINCEL: 30mm	
45	90	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	ESCOVA CILÍNDRICA P/ LIMPEZA DE VIDRARIA, CABO EM ARAME GALVANIZADO E CERDAS C/ PINCEL DE NYLON - DIÂM.: aprox 25mm; COMP. Aprox. 450 mm	R\$ 5,85
46	3	UNIDADE	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA DUPLA DE AÇO INOX, № 7, P/ CEROPLASTIA / ESCULTURA	R\$ 11,82
47	30	UNIDADE	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	ESTANTE DE AÇO INOX P/ 25 TUBOS DE ENSAIO DE ATÉ 25 mm DE DIÂM.	R\$ 115,18
48	10	UNIDADE	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	Estetoscópio profissional para ensino; auscultador adulto duplo em aço inoxidável; hastes ajustáveis em aço inoxidável.	R\$ 87,85
49	44	LITRO	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	ETER ETILICO P.A. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, ODOR CARACTERÍSITICO; GRAU DE PUREZA: 99,7%	
50	8	FRASCO COM 100G	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	FENANTROLINA - ORTO- 1,10-FENANTROLINA , ASPECTO FÍSICO PÓ ESBRANQUIÇADO, CRISTALINO, ODOR FRACO, PESO MOLECULAR 198,22, FÓRMULA QUÍMICA C12H8N2.H20 (MONOHIDRATADA), GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 5144-89-8 (FRASCO COM 100 GRAMAS)	
51	8	FRASCO COM 100 ML	154132 - FACULDADE DE	Ferroína Solução Indicadora, frasco com 100mL	R\$ 50,33

			MEDICINA DA UFPEL		
52	60	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	Filtro respirador uso mascara semi facial, aplicação vapores orgânicos como cloro, ácido clorídrico, DI, características adicionais, com rosca.	R\$ 20,40
53	205	ROLO 50M	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO GOMADA, LARGURA 19, COMPRIMENTO 50, APLICAÇÃO MULTIUSO	R\$ 4,58
54	70	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	FITA ADESIVA, MATERIAL PAPEL CREPADO, TIPO TERMO-REATIVA, ADESIVA A BASE DE BORRACHA E RESINA, 19cmX30m	R\$ 7,95
55	39	LITRO	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	FACULDADE DE MOLECULÁR 30,03, GRAU DE PUREZA CONCENTRAÇÃO MEDICINA DA MÍNIMA DE 35%, CARACTERISTICA ADICIONAL	
56	13	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	FRASCO LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 250, GRADUAÇÃO GRADUADO, TIPO BOCA BOCA LARGA, TIPO TAMPA TAMPA ROSQUEÁVEL COM VEDAÇÃO, ADICIONAL VIDRO BOROSSILICATO	R\$ 21,26
57	3	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO PARA DBO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 300, TIPO TAMPA ROLHA DE VIDRO COM VEDAÇÃO, ADICIONAL NÃO AFERIDO	R\$ 32,46
58	93	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO REAGENTE, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 125, TIPO BOCA BOCA ESTREITA, TIPO TAMPA TAMPA ROSQUEÁVEL, AUTOCLAVAVEL	R\$ 11,20
59	33	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO REAGENTE, MATERIAL VIDRO ÂMBAR, CAPACIDADE 1000, TIPO BOCA BOCA ESTREITA, TIPO TAMPA TAMPA ROSQUEÁVEL, ACESSÓRIOS COM BATOQUE	R\$ 10,71
60	43	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	VIDRO ÂMBAR, CAPACIDADE 100, GRADUAÇÃO	
61	5	UNIDADE	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	FUNIL ANALÍTICO EM VIDRO BOROSSILICATO TRANSPARENTE, LISO, HASTE CURTA - CAPAC.: 250ml	R\$ 19,63
62	9	UNIDADE	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	FUNIL DE BÜCHNER DE PORCELANA ESMALTADA C/ PLACA FIXA PERFURADA - VOL.: 250 mL	R\$ 185,13
63	31	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL PLÁSTICO, POLIPROPILENO, TIPO HASTE CURTA, DIÂMETRO 100mm	R\$ 6,49
64	32	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 15, ADICIONAL LISO, TIPO HASTE HASTE CURTA	R\$ 5,18
65	60	UNIDADE	154216 - CENTRO DE DESENVOLVIMETO TECNOLOGICO	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 60, ADICIONAL LISO, TIPO HASTE LONGA	R\$ 15,84
66	12	UNIDADE	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	GRAL (ALMOFARIZ) DE PORCELANA C/ PISTILO DE PORCELANA - VOL.: 610 mL	R\$ 55,02
67	32	UNIDADE	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	ISQUEIRO PORTATIL, DIMENSÕES: 7,5X2,8X1,2cm PRODUZIDO EM CONFORMIDADE C/O PADRÃO ISO 9994	R\$ 3,63
68	28	UNIDADE	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	JALECO LONGO EM TECIDO BRANCO, COM GOLA, MANGAS COMPRIDAS, 2 BOLSOS, 4 BOTÕES - TAM. G	R\$ 107,75
69	13	UNIDADE	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	JALECO LONGO EM TECIDO BRANCO, COM GOLA, MANGAS COMPRIDAS, 2 BOLSOS, 4 BOTÕES - TAM. M	R\$ 110,30

70	13	UNIDADE	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	JALECO LONGO EM TECIDO BRANCO, COM GOLA, MANGAS COMPRIDAS, 2 BOLSOS, 4 BOTÕES - TAM. P	R\$ 88,48
71	65	UNIDADE	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	JALECO LONGO EM TNT, C/ ABERTURA FRONTAL, MANGAS COMPRIDAS, DESCARTÁVEL - TAM. G	R\$ 13,86
72	27	CAIXA C/ 100 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Lâmina bisturi, tamanho 23, aço inoxidável, estéril, descartável, embalagem individual.	R\$ 38,37
73	35	CAIXA C/ 100 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LÂMINA BISTURI, TAMANHO № 15, AÇO INOXIDÁVEL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	R\$ 39,27
74	10	CAIXA C/ 10 UNIDADES	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	LÂMINA BISTURI, TAMANHO Nº 21, AÇO INOXIDÁVEL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL - CX. C/ 10 UNID.	R\$ 0,28
75	10	CAIXA C/ 10 UNIDADES	154121 - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UFPEL	LÂMINA BISTURI, TAMANHO Nº 22, AÇO INOXIDÁVEL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL - CX. C/ 10 UNID.	R\$ 0,24
76	81	CAIXA C/ 50 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LÂMINA DE VIDRO 1 CAVIDADE DE 15mm DE DIÂMETRO E 0,6 - 0,8mm DE PROFUNDIDADE, CANTOS LAPIDADOS - DIMENSÕES: 26X76mm.	R\$ 18,07
77	451	CAIXA C/ 50 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LÂMINA DE VIDRO P/ MICROSCOPIA, LAPIDADA, BORDA FOSCA, 76x26mm.	R\$ 6,37
78	104	CAIXA C/ 100 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LAMÍNULA DE VIDRO P/ MICROSCOPIA, 22X22mm.	R\$ 6,36
79	330	CAIXA C/ 100 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LUVA DE LÁTEX P/ PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, C/ TALCO, DESCARTÁVEL, AMBIDESTRA - TAM. M.	R\$ 23,73
80	93	CAIXA C/ 100 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LUVA DE LÁTEX P/ PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, S/ TALCO, DESCARTÁVEL, AMBIDESTRA - TAM. M.	R\$ 27,47
81	114	CAIXA C/ 100 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LUVA DE LÁTEX P/ PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, S/ TALCO, DESCARTÁVEL, AMBIDESTRA - TAM P.	R\$ 27,47
82	46	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LUVA INDUSTRIAL, LÁTEX NATURAL, REVESTIMENTO INTERNO S/ FORRO, ACABAMENTO SUPERFICIAL C/ PALMA ANTIDERRAPANTE - TAM G.	R\$ 2,92
83	43	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LUVA INDUSTRIAL, LÁTEX NATURAL, REVESTIMENTO INTERNO S/ FORRO, ACABAMENTO SUPERFICIAL C/ PALMA ANTIDERRAPANTE - TAM. M.	R\$ 2,92
84	41	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	LUVA INDUSTRIAL, LÁTEX NATURAL, REVESTIMENTO INTERNO S/ FORRO, ACABAMENTO SUPERFICIAL C/ PALMA ANTIDERRAPANTE - TAM. P.	R\$ 2,99
85	12	UNIDADE	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	Manta antifogo, características adicionais: cobertor fabricado em fios de sílica e filberglass com tratamento anti-chama. Indicado para prevenção abafamento de focos de incêndio. Fornecimento dimensional padrão internacional de 1,20 X 1,80 MT. Possuir laudo anti-chama (N1061855-203)	R\$ 150,75
86	6	FRASCO 500 G.	154132 - FACULDADE DE MEDICINA DA UFPEL	Metavanadato de Amônio P.A., frasco com 500g	R\$ 425,35
87	4	FRASCO 500 G.	154132 - FACULDADE DE	Nitrato de potássio P.A., frasco com 500g	R\$ 131,42
4					

02	2010			OLI/OI I CI - 042-	+202 - 1 Tot Editar Fegao Orti Exclusivo ME_EFT	
				MEDICINA DA UFPEL		
	88	120	PACOTE C/ 100 UNIDADES	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	PALITO DE MADEIRA, FORMATO ROLIÇO, COMPRIMENTO CERCA DE 23cm	R\$ 5,79
	89	4	CAIXA C/ 500 UNIDADES	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Papel crepado branco 40 x 40cm c/500.	R\$ 162,38
	90	60	PACOTE C/ 10 UNIDADES	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	PAVIO P/ LAMPARINA/TOUCHEIRA	R\$ 4,72
	91	30	UNIDADE	154129 - CENTRO DE ENGENHARIAS	PEGADOR (PESCADOR) DE BARRA MAGNÉTICA, DE POLIPROPILENO	R\$ 79,55
	92	7	KG	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	Permanganato de Potássio P.A.	R\$ 55,83
	93	97	LITRO	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA) 10 VOLUMES	R\$ 7,23
	94	22	UNIDADE	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	Pesa filtro, material vidro, capacidade cerca de 50mL, formato forma baixa, rolha de vidro	R\$ 43,00
	95	70	UNIDADE	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO PONTA PONTA RETA, COMPRIMENTO 12, MODELO 1 RELOJOEIRO	R\$ 16,00
	96	85	UNIDADE	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	PINÇA HISTOLÓGICA ABC, TAMANHO 12CM, PONTA FINA.	R\$ 14,42
	97	73	UNIDADE	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	Pipetador, material plástico, tipo manual, capacidade até 10mL, ajuste tipo roldana	R\$ 26,45
	98	2	FRASCO 5G	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	PIRIDINA [2-CLORO-6-(TRICLOROMETIL) PIRIDINA] P.A. GRAU DE PUREZA: 98%; ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTALINO BRANCO A ESBRANQUIÇADO; № REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1929-82-4	R\$ 1.560,37
	99	76	PACOTE COM 200 UNIDADES	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	PLACA DE PETRI LISA EM POLIESTIRENO DESCARTÁVEL ESTERIL 90X15MM - PACOTE COM 200 UNIDADES	R\$ 106,25
	100	41	PACOTE C/ 1000	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	Ponteira cor amarela 20 a 200μl, pct c/ 1000	R\$ 16,11
	101	57	PACOTE C/ 1000	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	Ponteira cor azul 100 a 1000μ, pct. c/ 1000	R\$ 39,51
	102	39	PACOTE C/ 1000	154360 - AGENCIA DA LAGOA MIRIM	PONTEIRA DE POLIPROPILENO S/ FILTRO, NÃO ESTÉRIL - VOL.: 0,5-10 μL - PACOTE 1000 UN.	R\$ 18,24
	103	1000	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Seringa, polipropileno transparente (plástico), 01 ml, bico simples, êmbolo com ponteira de borracha siliconizada, graduação firme e perfeitamente legível, descartável estéril com agulha 13 x 4,5 mm.	R\$ 0,33
	104	400	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Seringa, polipropileno transparente (plástico), 03 ml, bico simples, êmbolo com ponteira de borracha siliconizada, graduação firme e perfeitamente legível, descartável estéril.	R\$ 0,23
	105	1000	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Seringa, polipropileno transparente (plástico), 05 ml, bico simples, êmbolo com ponteira de borracha siliconizada, graduação firme e perfeitamente legível, descartável estéril.	R\$ 0,26
	106	200	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Seringa, polipropileno transparente (plástico), 10 ml, bico simples, êmbolo com ponteira de borracha siliconizada, graduação firme e perfeitamente legível, descartável estéril.	R\$ 0,59
	107	9	KG	154119 - FACULDADE DE	SÍLICA GEL AZUL (4-8mm)	R\$ 71,32

2010			0200.	4202 - I TVA Edital I Tegato OTTI Exclusivo IVIE_ELI I	
			AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL		
108	2	FRASCO 500ML	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	SOLUÇÃO PADRÃO DE CONDUTIVIDADE ELÉTRICA APROXIMADAMENTE 147 MICROSIEMENS/cm	R\$ 113,47
109	6	FRASCO 500ML	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	SOLUÇÃO PADRÃO DE CONDUTIVIDADE ELÉTRICA APROXIMADAMENTE DE 1410-1412 MICROSIEMENS/cm	R\$ 73,87
110	300	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Soro fisiológico 0,9 % ampola 100 ml. A solução injetável de cloreto de sódio 0,0 % é utilizada para restabelecimento de fluído e eletrólitos. A solução também é utilizada como repositora de água e eletrólitos em caso de alcanose metabólica de grau moderado, em carência de sódio e como diluente para medicamentos.	R\$ 4,79
111	500	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Soro fisiológico 0,9 % ampola 10 ml. A solução injetável de cloreto de sódio 0,0 % é utilizada para restabelecimento de fluído e eletrólitos. A solução também é utilizada como repositora de água e eletrólitos em caso de alcanose metabólica de grau moderado, em carência de sódio e como diluente para medicamentos.	R\$ 0,37
112	3	FRASCO 500 GRAMAS	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	SULFATO DE MANGANÊS.H2O P.A. GRAU DE PUREZA: 98%; ASPECTO FÍSICO: PÓ FINO, ROSA PÁLIDO, HIGROSCÓPICO; Nº REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10034- 96-5	R\$ 31,19
113	22	FRASCO 25 GRAMAS	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	SULFATO DE MERCÚRIO II P.A. GRAU DE PUREZA: 99%; ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTALINO; Nº REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7783-35-9	R\$ 88,65
114	14	UNIDADE	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO COM MIRA LASER (TIPO PISTOLA) ESCALA -50 A 380°C com resolução de 0.1°C, distância focal de 8:1, registros de máxima de mínima e visor com backlight.	R\$ 123,03
115	37	UNIDADE	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	Termômetro Digital Tipo Espeto Faixa de medição: -50 a 300°C, Resolução: 0.1°C (-50 a 199.9°C) 1°C (200 a 300°C) Exatidão: ±1°C (-50 a 149.9°C) ±1% (150 a 300°C) Haste: 148 mm (comprimento) x 4 mm (diâmetro) Dimensões (LxAxP): 237 x 22 x 22 mm Peso: 25g (com pilhas) Temperatura de operação: 0 a 50°C Umidade de operação: 10 a 90%UR (sem condensação) Alimentação: 1.5V (1 x LR44) Funções adicionais: - Seleção °C / °F, Registro de Máxima / Mínima, Congelamento da leitura - HOLD	R\$ 104,17
116	20	UNIDADE	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	TESOURA CIRÚRGICA DE AÇO INOX, COMPRIMENTO 13cm, CORTE FIO AÇO ATÉ 1,5mm DE DIÂMETRO, DUPLA AÇÃO	R\$ 20,00
117	4	FRASCO 250 GRAMAS	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	TIOURÉIA P.A	R\$ 38,10
118	400	UNIDADE	154128 - FAC.DE ENFERMAGEM E OBSTETRICIA DA UFPEL	Torneirinha, plástico rígido transparente, 3 vias, protetor LuerSlip, estéril, descartável.	R\$ 1,27
119	232	PACOTE C/ 40 UNIDADES	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	TUBO DE FALCON DE POLIPROPILENO GRADUADO, ESTÉRIL - VOL.: 15 mL	R\$ 27,88
120	352	PACOTE C/ 40 UNIDADES	154119 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL DA UFPEL	TUBO DE FALCON DE POLIPROPILENO GRADUADO, ESTÉRIL - VOL.: 50 mL	R\$ 38,49
121	3	FRASCO 1000 GRAMAS	154134 - FACULDADE DE NUTRICAO DA UFPEL	XANTANA (GOMA)	R\$ 91,21

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Os materiais de laboratório a serem adquiridos servirão para atender a demanda das aulas práticas e pesquisas dos laboratórios dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas. Saliento que os itens deste pedido foram avaliados pela Comissão de Compras Conjuntas de Itens de Laboratório CCCIL/UFPEL e se tratam de uso comum entre as unidades acadêmicas.
- 2.2. O Instituto de Biologia ministra aulas teóricas e aulas práticas, das quais são de muita importância e relevância para o ensino. Os materiais solicitados serão utilizados para o desenvolvimento das aulas práticas de diversos cursos, como: Ciências Biológicas, Medicina, Medicina Veterinária, Enfermagem, Odontologia, Química Industrial, Nutrição, Farmácia, Zootecnia, Engenharia Sanitária e Química Industrial. Sem o devido material fica impossível para o professor desenvolver suas aulas práticas com qualidade.
- 2.3. A aquisição visa suprir as demandas de materiais e reagentes para utilização em Projetos desenvolvidos no laboratório de Águas e Efluentes da Agência da Lagoa Mirim.
- 2.4. Aquisição de materiais de consumo para atendimento às demandas e rotinas pertinentes às Unidades que desenvolvem atividades ligadas à área da saúde.
- 2.5. Justifica-se a aquisição destes materiais para o andamento das aulas práticas e trabalhos de ensino de graduação. Além disso, há necessidade de materiais para os trabalhos de pesquisa que auxiliam na formação de alunos de graduação e pós-graduação.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Declaramos para os devidos fins que os bens/produtos a serem adquiridos são de natureza comum conforme decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, art. 2°, § 1º Consideram-se bens e produtos comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

4. **DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA**

- 4.1. O prazo de entrega dos produtos não poderá exceder a 30 (trinta) dias, a contar da ciência da emissão da Nota de Empenho.
- 4.2. Os produtos objetos deste Pregão deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário Capão do Leão s/nº, CEP 96160-000, Bairro Jardim América, Capão do Leão/RS, salvo se especificado de modo diverso na Nota de Empenho, dentro dos limites territoriais dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.3. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 5.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. **DA NOTA DE EMPENHO**

- 6.1. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para entrega dos produtos começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
- 6.2. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do email, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal.
- 6.3. Na Ata de Registro de Preços deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.

7. DA NOTA FISCAL

- 7.1. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos bens, tais como modelo, marca, número de série, tempo de garantia, cor, medidas, entre outros dados que forem considerados essenciais.
- 7.2. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPel, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

8.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:
 - 8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos:
 - 8.1.6. solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;
 - 8.1.7. permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da UFPel para tratar de assuntos pertinentes às aquisições contratadas;
 - 8.1.8. rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com o contrato;
 - 8.1.9. proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da entrega dos objetos contratados;
 - 8.1.10. prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
 - 8.1.11. notificar a empresa, por escrito, por ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução do contrato e solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, fixando prazo para tal;
 - 8.1.12. receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 9.1.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
 - 9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
 - 9.1.6. respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do UFPel;
 - 9.1.7. arcar com as despesas diretas e indiretas;
 - 9.1.8. relatar de imediato a UFPel toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento dos bens/produtos;
 - 9.1.9. responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência e Proposta apresentada pela Contratada;
 - 9.1.10. manter todos os seus dados cadastrais atualizados junto ao SICAF;
 - 9.1.11. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante.

10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 10.1. Consoante art. 5° da IN n° 01/2010 SLTI/MPOG:
 - 10.1.1. Os bens deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagens que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
 - 10.1.2. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (RestrictionofCertainHazardousSubstances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBDEs).
- 10.2. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

INFORMAÇÕES GERAIS 12.

- 12.1. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta "on-line", e deverá, encerrada a etapa de lances, apresentar os documentos a que se refere o Subitem 8.7, deste Edital, por meio de funcionalidade disponível no sistema ("enviar anexo"). Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, a documentação poderá ser enviada por e-mail para cpl.ufpel@gmail.com.
- 12.2. Os produtos deverão ter garantia/validade de no mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.
- 12.3. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.
- As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas cogentes: 12.4. "Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais".

ANEXO II FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2019 PROCESSO Nº 23110.059539/2018-61

No dia	, a Fundação Universidade Federal de Pelotas, situada na Rua Gomes Carneiro nº 01,
Pelotas / RS, inscrita no CNPJ sob o no S	92.242.080/0001-00, representada pelo Reitor Pedro Rodrigues Curi Hallal, brasileiro, portador da
cédula de Identidade nº 7051603285-SSP/I	RS, e inscrito no CPF sob o nº 966.240.940-87, residente e domiciliado nesta cidade de Pelotas – RS,
nomeado pelo Decreto de 22 de dezembro	de 2016, publicado em 23/12/2016 no D.O.U., seção 02, e em conformidade com as atribuições que
lhe foram delegadas, nos termos da Lei nº	8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 5.450,
de 31 de maio de 2005, nº 7.892, de 23 de	janeiro de 2013 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada
no Pregão Eletrônico nº 06/2019, RESOLV	VE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário XX, localizado XX, telefone XX, e-mail
XX, inscrito no CNPJ sob o nº XX, represe	entado por XX conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Marca e Modelo	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total
Item				(B)	(A)	(C) = (A)*(B)
	Total (R\$)					

Este Registro de Preço tem vigência de 12 (doze) meses contado da data da sua homologação, com eficácia legal após a publicação do seu termo de homologação no sitio Compras Governamentais, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

As especificações técnicas constantes no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

Havendo quaisquer divergências entre a tabela acima e a ata gerada no sítio do Compras Governamentais, prevalecerá a do Compras Governamentais.

Nos termos do Art. 16º do Decreto n.º 7.892/2013, a homologação deste procedimento licitatório não obriga a UFPel a contratar integral ou parcialmente o objeto licitado, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelo representante legal do Fornecedor Beneficiário e pelo representante UFPel, através da assinatura eletrônica constante na termo de homologação.

(Local e data)

Razão social da empresa:

Representante legal: [nome completo]

CI: [número e órgão emissor]

E-mail:

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Empresa XX, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na cidade de XX, Estado XX, à rua XX nº XX, bairro XX, CEP XXXXX-XXX, fone (XX) XXXX-XXXX, e-mail XX, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico 06/2019, **DECLARA** expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério

uo i ianejanie	nio, Organicino e destao (SETT-WITOG).
	Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.
(Local e data)	



Documento assinado eletronicamente por PRISCILA GONCALVES MARCHAND, Assistente em Administração, em 01/02/2019, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador 0424282 e o código CRC EC19166B.

Referência: Processo nº 23110.059539/2018-61 SEI nº 0424282